



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, questão social e serviço social

COOPERATIVAS DE AUTOGESTÃO: FORMAS DE CONTROLE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEAS

Reivan Marinho de Souza¹

Mariana Tavares de Farias dos Passos Matias²

Resumo: Esse artigo tem como objetivo expor porque a "economia solidária", as cooperativas e seus congêneres ressurgem para minimizar os efeitos do desemprego e da pobreza atual. Verifica-se que as cooperativas são reeditadas não para possibilitar o controle autônomo e as necessidades dos trabalhadores, mas como unidades econômicas funcionais à reprodução capitalista num contexto de crise estrutural.

Palavras-chave: "Economia Solidária"; Cooperativas, Trabalho; Reestruturação Produtiva.

Abstract: The purpose of this article is to explain why the "solidarity economy", cooperatives and their counterparts resurge to minimize the effects of unemployment and current poverty. It is verified that the cooperatives are reedited not to allow the autonomous control and the needs of the workers, but as functional economic units to the capitalist reproduction in a context of structural crisis.

Keywords: "Solidary Economy"; Job; Cooperatives; Productive Restructuring.

1 INTRODUÇÃO

Desde o início de nossa pesquisa, em 2016, verificamos com a leitura e análise que nas revoluções de 1848 com a experiência do socialismo utópico, destacou-se a possibilidade de transformação do capitalismo com a organização produtiva em cooperativas com o suposto controle autônomo dos trabalhadores. No século XX no Brasil, no contexto de crise estrutural do capital/ 1970 e como subproduto da reestruturação produtiva, desenvolve-se, em 1990/ 2000, a proposta da "economia solidária" via cooperativas de autogestão como alternativa ao desemprego e a pobreza, incorporando parte daquele ideário, conforme salienta Paul Singer. As cooperativas ressurgem com nova feição, incentivadas pelo Estado. Para demonstrar a configuração desse fenômeno nos apropriamos dos fundamentos do trabalho abstrato, de sua base cooperada, da organização produtiva inicial e da reestruturação produtiva/ 1980 para entender a particularidade da expansão das cooperativas na atualidade.

Karl Marx (1996) afirma que o ponto de partida da produção capitalista dar-se-á quando vários trabalhadores sob o domínio do mesmo capital reúnem-se num mesmo local

¹ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, E-mail: mariana-farias1@hotmail.com.

² Estudante de Graduação, Universidade Federal de Alagoas, E-mail: mariana-farias1@hotmail.com.

para produzir a mesma mercadoria. O trabalho cooperado, para Marx, trata-se de uma "forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos" (MARX, 1996, p. 442). Inicialmente, ocorrem alterações parciais na divisão social do trabalho baseado nos ofícios (artesãos), através da concentração dos trabalhadores e dos meios de produção num mesmo local, sob a égide do mesmo capital. Entretanto, este processo revoluciona a produção. A cooperação torna-se a base da produção capitalista, estando presente nas formas mais simples às mais desenvolvidas. Com a expansão do comércio e necessidade de aumento da produtividade, inicia-se a passagem da cooperação à manufatura, "a nova força produtiva [...] amadurecida a partir do sistema de cooperação simples" (MELLO, 1999, p. 87). A manufatura, primeira forma clássica da produção capitalista, segundo Marx (1996), se expressa pela divisão técnica do trabalho em que ocorre a decomposição da atividade ao limite. O artífice, que antes executava várias tarefas para produzir um produto por completo, agora como trabalhador assalariado/ força de trabalho como mercadoria exerce de forma fragmentada uma única tarefa, ininterruptamente.

O capital, impulsionado pela necessidade de acumulação/ de expansão do mercado mundial, recorre à ciência e aplica na produção técnica, constituindo forças produtivas avançadas. Surge a maquinaria e sua utilização como meio de produção, superando o limite técnico do uso da ferramenta na manufatura. A maquinaria possibilita intensificar a exploração do trabalho pelo capital, consolida a contradição entre operários e capitalistas, resultando em níveis imensuráveis de precarização do trabalho. A mais-valia passa a ser expropriada não apenas na forma absoluta, mas, principalmente relativa. A grande indústria apesar de avançar em relação ao artesanato e a manufatura, não elimina tais formas de produção, ao contrário, as incorpora, subordinando-as às suas demandas de acumulação, contratando trabalhadores em condições precárias, a exemplo do trabalho domiciliar, supostamente autônomo das *mistresses houses* (MARX, 1996, p. 96, v. 1, t. 2).

Os trabalhadores, expulsos das terras na transição do feudalismo para o capitalismo, passaram a constituir a parcela de força de trabalho explorada pelo capital na manufatura e depois na grande indústria. Com o incremento da maquinaria na produção ocorre, inexoravelmente, a diminuição de absorção do trabalho vivo e inúmeras consequências. Em reação ao crescimento desenfreado do capitalismo e de suas consequências (desemprego, pauperismo e exploração), despontam na Inglaterra do século XIX as primeiras cooperativas organizadas pelo movimento operário.

Orientados pelo pensamento dos socialistas utópicos, dentre eles Robert Owen, as cooperativas aparecem como forma de organização da produção, do consumo e da

distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano e contrárias a exploração do trabalho. Naquele momento, as cooperativas organizaram-se em cooperativas de consumo, depois de trabalho, e posteriormente de produção. Seu maior exemplo foi a cooperativa de Rochdale, que possuía várias linhas de produção cooperada, como fiação, tecelagem, habitação etc. Ficando conhecidos como os "Pioneiros de Rochdale", espalhando o ideário da cooperação solidária por toda Europa. Mas apesar da perspectiva revolucionária, as cooperativas inseridas no capitalismo apresentavam limites.

Contudo, tais experiências serviram de referência para as cooperativas que irão despontar em momentos de crise no capitalismo (SOUZA, 2015). Daí a importância de explicitar em que medida a proposta das cooperativas, inspiradas nos princípios da "economia solidária" no contexto da reestruturação produtiva dos anos de 1980, responde as consequências da crise estrutural do capital, expressas nos fenômenos do desemprego e da pobreza.

2 CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E RESSURGIMENTO DAS COOPERATIVAS

Após um longo período de acumulação de capital ocasionado pelo apogeu do taylorismo-fordismo e da política governamental keynesiana, fase esta que atingiu seu apogeu nos "anos dourados", o processo de organização do trabalho e de acumulação de capital entram em crise nos anos 1970. Entretanto, como evidencia Antunes (1999), tal crise é a expressão fenomênica de algo maior: a crise estrutural do capital, que atinge o cerne do sistema sócio-metabólico do capital, dando início a um período recessivo que se estende até a atualidade. Por ser uma crise longa, expressa o esgotamento do processo de acumulação do capital e da política keynesiana, assim como do desgaste do Estado de Bem Estar Social.

Em resposta à crise estrutural, desencadeia um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico/político de dominação, explicitados no neoliberalismo, na privatização do Estado e na desregulamentação dos direitos do trabalho; "[...] a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores" (ANTUNES, 1999, p. 31, grifo do autor). O modelo de produção capitalista, anteriormente rígido, passa a ser flexível com o toyotismo, substituindo elementos do taylorismo-fordismo. O toyotismo incorpora a informática, a microeletrônica e a robótica à produção, flexibiliza contratos e relação de trabalho, exigindo um trabalhador

polivalente e altamente qualificado, o que não elimina a necessidade de operários desqualificados em face da expansão do trabalho temporário/ subcontratado.

Os avanços tecnológicos, resultantes da produção flexível, revelam em sua magnitude a dimensão destrutiva do capital, em função da ampliação do desemprego, da intensa e sofisticada extração de mais-valia/ precarização do trabalho e significativa destruição da natureza. A flexibilidade produtiva, além de intensificar a exploração da mais-valia relativa, amplia o desemprego, facilitado pelo incremento da terceirização e da informalidade, ao reduzir postos de trabalho, constituindo o desemprego estrutural.

Em síntese, "desemprego em dimensão estrutural, precarização do trabalho de modo ampliado e destruição da natureza em escala globalizada tornaram-se traços constitutivos dessa fase da reestruturação produtiva do capital" (ANTUNES, 1999, p. 34). O Estado adota o modelo neoliberal, reduzindo drasticamente políticas sociais, desregulamentando direitos trabalhistas.

Em contrapartida, iniciativas de cooperativas ressurgem mundialmente e, no Brasil, a "economia solidária"³ constitui-se em 1990, intensifica-se em 2000 com as cooperativas de autogestão em resposta ao neoliberalismo e a retração das políticas públicas e sociais. Não obstante, a "economia solidária" possui várias modalidades de organização: a rede de trocas, o cooperativismo, associações, Organizações Não Governamentais etc. (MENEZES, 2007).

O economista/ sociólogo Paul Singer, destaca-se como principal ideólogo da "economia solidária" no Brasil. Singer se distingue dos demais intelectuais por acreditar que a "economia solidária" não se restringe apenas ao combate à pobreza e ao desemprego, pois argumenta que na medida em que o sistema de práticas cooperativistas se expande/ se solidifica, viabiliza a constituição de uma sociedade socialista. Singer vai de encontro, portanto, à teoria social de Marx ao postular a transformação para o socialismo via reforma do capitalismo e por creditar ao Estado a implementação e gerência das cooperativas de "economia solidária". Conforme argumenta, "A economia solidária é outro modo de organização da produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição

³ O termo "economia solidária" trata-se de uma criação de Paul Singer para designar as associações econômicas que afirmam se inspirar em teores igualitários e democráticos, assumindo as formas de cooperativas, empresas de autogestão, clube de trocas, associações, etc. Nas palavras de Singer (apud WELLEN, 2012, p. 48), a "economia solidária" apresenta-se como decorrência natural de um projeto social de resistência da classe trabalhadora contra os efeitos da crise do capitalismo".

solidária de renda. Em outras palavras, mesmo que toda atividade econômica fosse organizada em empreendimentos solidários, sempre haveria necessidade de um poder público [...] (SINGER, 2002, p. 10-11).

No Brasil, a "economia solidária" não é apenas estimulada pelo Estado, como também pela burguesia, demonstrando que o capital incorporou o ideário do cooperativismo e do associativismo as suas necessidades, utilizando-os como via de terceirização e para o capital financeiro (microcrédito); como mais uma modalidade de controle e precarização do trabalho. Nesse sentido, a "economia solidária" é uma das manifestações do terceiro setor, pelo seu caráter conciliador e, portanto, avesso à ruptura com a ordem do capital, com a intenção deliberada de velar as contradições e tensões inerentes do modo de produção capitalista" (MENEZES, 2007).

Conforme demonstra a pesquisa documental (SENAES apud WELLEN, 2012, p. 40), enquanto em 1950 só existiam 65 organizações que se encaixam no conceito de "economia solidária", entre os anos 1990 e os anos 2000 surgiram mais de dez mil empreendimentos. Sob esse prisma, fica evidente o crescimento acelerado da "economia solidária" no Brasil num período de reestruturação produtiva e reordenamento do Estado. Atualmente, existem cerca de 21.578 empreendimentos da "economia solidária". Os dados também informam que cerca de 1.687.035 pessoas integram estes empreendimentos, num total de 630.082 mulheres e 1.056.952 homens, indicando uma predominância masculina. Apesar de Singer apresentar as cooperativas como principal forma organizacional da "economia solidária", a pesquisa (SENAES apud WELLEN, 2012, p. 49) revela que são as associações que predominam na "economia solidária", com 11.326 empreendimentos representando 51,81%, seguido dos grupos informais, com 7.978 (36,50%); e, em terceiro lugar, as cooperativas, com 2.115 empreendimentos (9,68%). Os dados, portanto, contradizem a Singer. No que se refere aos motivos que levaram à criação dos empreendimentos de "economia solidária" (SENAES apud WELLEN, 2012, p. 51), 46,47% dos empreendimentos surgiram como alternativa ao desemprego, seguido de fonte complementar de renda (45,02%); em sexta colocação, representando 13,93%, a motivação adveio do desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades. Novamente, os dados demonstram que Singer estava equivocado ao inferir uma relação direta da "economia solidária" como um projeto de resistência dos trabalhadores contra o capital. Na verdade, os dados da SENAES servem para demonstrar o nível de precarização do trabalho nos empreendimentos da "economia solidária", a partir do trabalho terceirizado e subcontratado, o que de fato reafirma a funcionalidade da chamada "economia solidária" frente ao sistema capitalista que serve para legitimação do sistema.

Portanto, apreendemos que a "economia solidária" ao ser formulada como alternativa ao desemprego e a pobreza pela oligarquia econômica e não pela classe operária, não adensa, nem amplia, ou consolida a democracia; ao contrário, por sua configuração atual, o papel que ela desempenha é apenas de ratificar o controle da burguesia sobre o trabalho, pois é o Estado capitalista que formaliza o funcionamento das cooperativas, "fato que também cancela o sonho de serem autônomas e 'alternativas' para além do Estado e do Mercado" (MENEZES, 2007, p. 93).

3 CONCLUSÃO

As primeiras iniciativas de implantação de políticas sociais "alternativas" no Brasil, acontecem em meio aos ajustes econômicos e políticos desenvolvidos no início dos anos 1990, adequando o país à reestruturação produtiva mundial. Inspirado pelos socialistas utópicos, em especial Paul Singer desponta como ideólogo da "economia solidária" no Brasil, recebendo apoio do Estado. Contudo, a proposição de Singer com a "economia solidária" é transformar o capitalismo assentado em duas premissas incompatíveis com o socialismo: atribuir ao Estado burguês o papel de protagonista das transformações sociais/econômicas e, segundo, ignorar nesse processo o envolvimento obrigatório das forças sociais agentes da transformação, o proletariado.

O autor se afasta do verdadeiro socialismo e, apesar de citar Marx e Lênin para embasar sua idealização/teorização de "economia solidária", interpreta livremente e às avessas o que Marx e Lênin explicam sobre o trabalho associado – o controle real dos trabalhadores sobre a produção social de forma coletiva - além de negar o caráter revolucionário da teoria social de Marx para alcançar o socialismo. Singer compreende o cooperativismo nos moldes do terceiro setor, orientado por concepções "solidárias" que apelam ao voluntariado(a) iniciativa de cidadãos como: faça você mesmo, auto ajuda, autogestão, as quais, paradoxalmente, transitam entre duas dimensões econômicas: o oficial e o alternativo, o formal e o informal. Lênin entendia que o cooperativismo como prática social só seria exercido "com êxito após a ultrapassagem do sistema capitalista como instrumento de incentivo econômico [...] e, principalmente, educativo para consolidação do socialismo" (MENEZES, 2007, p. 155).

Lênin afirma que, "fora dos marcos da sociedade socialista, a cooperação manter-se-ia nos mesmos moldes da sociedade burguesa, tal como 'nos sonhos dos velhos

cooperadores' “ (LÊNIN apud MENEZES, 2007, p. 155). Sem a ultrapassagem do capitalismo, sem a classe operária derrubar, excluir o domínio dos seus exploradores, o coletivismo constitui-se uma mera aparência/ uma realidade disfarçada. É evidente que a concepção de cooperativismo de Lênin é antagônica a de Paul Singer, pois este último afirma que cooperativismo é sinônimo de socialismo. "O pressuposto da cooperação é o socialismo, 'o simples crescimento da cooperação se identifica com o crescimento do socialismo' e não ao contrário, como propaga Singer" (MENEZES, 2007, p. 157).

Além disso, para Marx a participação do Estado no estímulo à criação das cooperativas retira todo o caráter emancipatório das organizações com controle social do trabalho, é imaginar que com a ajuda do Estado (aparato criado para o controle e manutenção da sociedade de classes e proteção da propriedade privada), atingiríamos a superação da ordem capitalista pela socialista. Há uma nítida distinção teórica e política entre Marx e Singer, pois: "No marco da sociedade de classes, Marx exemplifica as cooperativas já existentes e diz que, no âmbito da sociedade capitalista, elas 'só têm valor na medida em que são criações independentes dos próprios operários, não protegidas nem pelos governos nem pelos burgueses'" (MARX apud MENEZES, 2007, p. 159). Além do mais, se as cooperativas permanecem isoladas e pequenas, voltadas para atender as necessidades mais básicas de seus associados (superação da miséria como alternativa a economia formal), jamais conseguirão superar o desenvolvimento do monopólio, libertar as massas e, assim implantar o trabalho associado em detrimento do trabalho assalariado.

Constatamos, desse modo, que nos momentos de evolução e expansão do capitalismo as cooperativas regridem e, nos períodos de recessão capitalista, ocasionado por suas crises cíclicas ou estrutural inerentes a acumulação de capital, as cooperativas ressurgem como unidades produtivas na economia capitalista, incluindo a classe trabalhadora desempregada, ou melhor, segmentos do exército industrial de reserva. Entendemos que a “economia solidária” trata-se de uma estratégia contemporânea provisória, que visa diminuir o índice do desemprego de trabalhadores que compõem o exército industrial de reserva, que se agrava nos períodos críticos das crises cíclicas e estrutural que movem a acumulação capitalista. Ao cessar as crises de caráter recessivo/de estagnação econômica, os operários podem ou preferem retomar e/ou se inserir na estrutura convencional e institucional do sistema de empregos.

A “economia solidária” cumpre, no Brasil, um papel de controle social do trabalho, pois as cooperativas e o associativismo impulsionados pelo Estado e pela burguesia, não expressam originalmente iniciativas da classe proletária e nem dos movimentos sociais. Conforme Menezes, "Podemos depreender, portanto, que a adesão à prática associativa não perdeu a conotação de panaceia atribuída por Marx e Lênin, se exercida, enquanto

perdurar o ordenamento burguês" (MENEZES, 2007, p. 169). As reflexões de Marx, Lênin, Menezes e Wellen nos possibilita apreender que a "economia solidária" expressa uma proposta temporária/ difusa e até bem sucedida no interior do ordenamento burguês. Não representa, dessa maneira, um sistema de organização produtiva que esteja sob o controle autônomo do trabalho, nem se constitui um meio de emancipação do capital.

Enfim, consideramos que as diversas práticas da "economia solidária", em especial, as cooperativas na atualidade expressam uma forma diferenciada de exploração, de controle do trabalho, haja vista estarem integradas funcionalmente à economia capitalista.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

GERMER, Claus. A "Economia Solidária" – uma crítica marxista. **Revista Outubro**, Nº 14. São Paulo: Alameda, 2006.

LIMA, Jacob. Cooperativas de produção industrial: autonomia e subordinação do trabalho. In: **A Ocupação na América Latina: tempos mais duros**. São Paulo: ALAST, 1998.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. In: **Coleção Os Economistas**. São Paulo: Abril Cultural, 1996. Vol. I. Tomos I e II.

MELLO, Alex Fiúza de. **Marx e a Globalização**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

MENEZES, Maria Teresa C. J. **Economia Solidária**: Elementos para uma crítica marxista. São Paulo: Gramma, 2007.

PANIAGO, Maria C. S. Os Meios que se Perderam dos Fins: cooperativas fabris e autogestão dos trabalhadores. **Revista Outubro**, Nº17, São Paulo: Alameda, 2008.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 4ª reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, Reivan Marinho. Cooperativas e autogestão: limites da autonomia do trabalho. In: **Trabalho, Política, Vida Cotidiana e Serviço Social**. Maceió: EDUFAL, 2015.

WELLEN, Henrique A. R. **Para a crítica da "economia solidária"**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.